



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

2408/2023

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Assistência Social, que aprecie o Plano de Trabalho, em anexo.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2023.

Atenciosamente,

MARCOS
ANTONIO
CRISPIM:0274983
0605

Assinado de forma digital
por MARCOS ANTONIO
CRISPIM:02749830605
Dados: 2023.08.24
16:35:00 -03'00'

Marcos Crispim

Vereador – PODEMOS

À Exma. Sra.

Vereadora Loíde Gonçalves

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assistência Social

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 24/08/2023
HORA: 16:32

511 5698



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nos termos do art. 82, §3º, da Lei Orgânica combinado com o art. 57 e 81, §3º do Regimento Interno, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os indícios de aparelhamento político e as denúncias de malversação de recursos públicos por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC e Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

ROTEIRO DE TRABALHO

I INTRODUÇÃO

Inicialmente, é prudente destacar que, o Requerimento nº 872/2023, objeto desta CPI foi protocolado na Diretoria do Processo Legislativo da Câmara Municipal na data 23/06/2023, sendo que a designação dos membros desta Comissão ocorreu no dia 07/07/2023. Após o recebimento do referido Requerimento a DIRLEG deu a nomenclatura de CPI - Conselheiros Tutelares. A maioria dos membros nomeados para a CPI, ao identificarem a nomenclatura inadequada ao objeto proposto de investigação de atos na gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC e no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, e não os Conselheiros Tutelares, viram por bem alterar a nomenclatura da CPI para CPI da Assistência Social, com a finalidade de evitar interpretações dúbias quanto ao objeto da Comissão.

De maneira preliminar faz-se necessário evidenciar que o plano de trabalho sugere um cronograma e uma linha de investigação dos objetos a serem apurados, permitindo melhor entendimento dos nobres Parlamentares sobre eventuais irregularidades na atual gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC e no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no que tange aos indícios de aparelhamento político e as denúncias de malversação de recursos públicos.

Desta forma, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem por finalidade preservar e garantir a probidade dos atos de gestão pública, investigando fatos determinados que deram origem à sua formação.

II METODOLOGIA DE TRABALHO

A definição de um plano de trabalho para os Vereadores é importante para a organização das etapas necessárias para a eficiência e transparência aos trabalhos da CPI.

Vale ressaltar que, não se trata de um planejamento de cumprimento obrigatório, mas um documento com diretrizes para orientar os trabalhos deste colegiado.

Assim, este plano prevê a aprovação de requerimentos; oitivas de autoridades públicas, especialistas e de particulares; realização de audiências públicas; diligências e visitas técnicas, dentre outras julgadas necessárias pela Presidência, Relatoria e Plenário da Comissão Parlamentar.

A CPI é detentora de poderes investigatórios próprios, além de outras prerrogativas delimitadas no Regimento Interno da Câmara Municipal.

III ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Este Plano de Trabalho tem o intuito de delinear uma atuação técnica, responsável e imparcial, com investigações objetivas e conclusivas sobre o escopo do requerimento que a constituiu.

Para tanto, todos os Vereadores são convidados a participar ativamente dos trabalhos desta Comissão.

Como é próprio das investigações em geral, a oitivas de Autoridades, Servidores e dos envolvidos se constituem em um importante elemento de prova. Assim, deverão ser ouvidas as autoridades que direta ou indiretamente tenham responsabilidade administrativa sobre os processos relacionados aos temas e pessoas ou entidades com atuação correlata aos temas que marcam o objeto desta CPI e aos eixos específicos da investigação.

A credibilidade de uma investigação Parlamentar - assim como a das demais investigações - passa pela verificação robusta das evidências que sustentam suas conclusões, sempre à luz do devido processo legal e da garantia da ampla defesa.

Poderão ser realizadas outras diligências julgadas necessárias pela Presidente, Relator e Plenário da CPI, tais como reuniões com Autoridades fora da Câmara e visitas in loco. O relatório final será elaborado ao longo dos trabalhos da Comissão.

Para garantir a racionalidade e eficiência à investigação, propõe-se definir com clareza blocos de investigação que contemplem todos os objetos do Requerimento Constitutivo desta CPI, a saber o aparelhamento político e as denúncias de malversação de recursos públicos por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC e no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Assim serão investigados as seguintes questões: suspeitas de irregularidades nos contratos celebrados pela SMASAC; como no caso de contratação de empresa especializada para realização da banca examinadora do processo de escolha de conselheiros tutelares em 2023, em que a responsável pela realização das etapas, conforme publicação no Diário Oficial do Município em 11 de maio 2023, encontra-se com status inativo, no Sistema Único de Cadastro de Fornecedor (SUCAF) da PBH; a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de organização de evento para a realização das pré-conferências municipais,

assembleias eleitorais e 15ª Conferência Municipal de Assistência Social em Belo Horizonte, com um custo de R\$ 1.539.999,99 (um milhão quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e novecentos e noventa e nove reais e nove centavos), apenas para selecionar 32 (trinta e duas) pessoas para participar da Conferência Estadual; o Fórum Mineiro de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares — FMCT, solicitou intervenção parlamentar com relação aos itens 8.5.3 e 8.5.6.2 do Edital CMDCA-BH nº 002/2022, que trata do 10º Processo de Escolha dos Membros dos Conselheiros Tutelares da Cidade de Belo Horizonte, sustentando haver ilegalidades no referido edital em relação a exigência de inscrição para os eleitores, a ser realizada no dia da eleição, e ilegalidade na exigência de documentação específica, qual seja, comprovante de endereço em nome do eleitor. Tal manifestação foi prontamente acolhida pela Frente Parlamentar Cristã de Belo Horizonte, que, em 17 de abril de 2023, protocolou ofício subscrito pelos seus membros sobre o tema, nunca tendo obtido resposta; e perseguição sofrido por cidadã que procurou esta Câmara Municipal para denunciar que a Comissão responsável pelo Processo Seletivo de Conselheiros Tutelares eliminou a sua candidatura sob a justificativa de que os documentos apresentados para atestar a experiência de serviços prestados na Promoção, Defesa e Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente não poderiam ser aceitos, pois a instituição religiosa a qual integra não se qualificava como instituição habilitada, sem que a exigência de registro no CMDCA/BH de instituições religiosas tenha previsão legal, seja no ECA, Lei nº 8.069/90, ou na legislação municipal. Este ponto suscitado será esclarecido ao longo dos trabalhos desta CPI.

IV RELATÓRIO FINAL

O relatório final consiste na transcrição de todo o trabalho realizado na CPI, formando um material conclusivo, que será encaminhado ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou a outra autoridade competente, para que se promova a responsabilização civil, criminal ou administrativa do infrator.

Neste sentido, destaco o disposto no art. 82, § 3º, da Lei Orgânica, bem como o art. 57, do Regimento Interno:

Art. 82 A Câmara terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma do Regimento Interno e com as atribuições nele previstas, ou conforme os termos do ato de sua criação.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, observada a legislação específica, no que couber, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas a requerimento de um terço dos membros da Câmara, para apuração de fato determinado e por prazo certo, e suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, ao Defensor do Povo ou a outra autoridade

competente, para que se promova a responsabilização civil, criminal ou administrativa do infrator.

Art. 57 - A Câmara poderá, a requerimento de um terço de seus membros, constituir comissão parlamentar de inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

V CRONOGRAMA

Sugere-se que sejam alteradas as atividades de diligência para averiguação das ocorrências descritas nos demais itens, com o intuito de tornar as diligências mais eficazes.

Entre as atividades realizadas estão:

► **Oitiva da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC;**

► **Oitiva do Subsecretário de Direito e Cidadania da SMASAC;**

► **Oitiva do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Belo Horizonte;**

► **Oitiva da Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social;**

► **Oitiva do Representante Legal da empresa especializada para a realização da banca examinadora do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares de 2023;**

► **Oitiva do Representante Legal da empresa que prestou serviço de organização de evento das Pré-Conferências municipais, Assembleias Eleitorais e da 15º Conferência Municipal de Assistência Social em Belo Horizonte;**

► **Oitiva do Presidente do Fórum Mineiro de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares;**

► **Oitiva da Cidadã que procurou a Câmara Municipal para denunciar a Comissão responsável pelo processo seletivo de Conselheiros Tutelares;**

► **Oitiva dos Conselheiros Tutelares;**

► **Oitiva da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;**

► **Oitiva da Defensoria de Justiça e de Defesa das Crianças e dos Adolescentes;**

- ▶ Oitiva da Dra. Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte;
- ▶ Oitiva do Sr. Afonso Nunes da Cruz Neto, Subsecretário de Planejamento, Gestão e Finanças da SMASAC;
- ▶ Pedidos de informações;
- ▶ Visitas técnicas; e
- ▶ Outros meios de diligências em direito admitidos.

VI CONCLUSÃO

O presente Plano de Trabalho tem por objetivo conferir a efetividade à investigação parlamentar.

O desenvolvimento dos trabalhos conforme proposto, permitirá apurar a malversação da Administração Pública em contratos, ilegalidades no Edital do CMDCA-BH nº 002/2022 e Processo Seletivo de Conselheiros, além dos indícios de aparelhamento político.

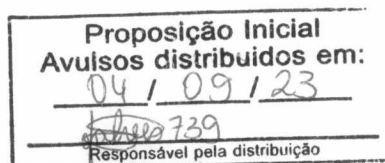
Belo Horizonte, 21 de agosto de 2023

MARCOS
ANTONIO
CRISPIM:027
49830605

Assinado de forma
digital por MARCOS
ANTONIO
CRISPIM:02749830605
Dados: 2023.08.22
16:51:48 -03'00'

Vereador Marcos Crispim

Relator da CPI da Assistência Social





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Requerimento de Comissão

2714/2023

REQUERIMENTO Nº _____

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os artigos 48, II, e 58 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, e à Prefeitura de Belo Horizonte os seguintes questionamentos:

- Sobre a empresa CONECTARET – ARTICULAÇÃO DE REDES E SABERES LTDA – CNPJ 32.223.772/0001-89, contratada mediante processo licitatório nº 01-032.286/23-42, cujo objeto é a execução das fases “a)”, “b)” e “c)” da segunda etapa, de caráter classificatório, do 10º Processo de Escolha dos Membros dos 09 (nove) Conselhos Tutelares de Belo Horizonte/MG, em conformidade com o EDITAL CMDCA/BH Nº 002/2022, solicita-se as seguintes informações:

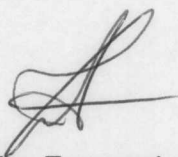
- 1) Quantas pessoas foram contratadas para trabalhar no dia 01/10/2023?
- 2) Qual a carga horária que cada contratado cumpriu? Solicita-se o envio da relação nominal de todos os contratados e o período trabalhado.
- 3) Questiona-se se algum contratado extrapolou a carga horária contratada no dia 01/10/2023. Em caso afirmativo, o contratado que cumpriu carga horária extra recebeu qual valor a título de hora extra?
- 4) No dia 01/10/2023, foi oferecida alimentação aos contratados? Em caso afirmativo, solicita-se cópia da nota fiscal da compra dos alimentos.
- 5) Questiona-se se foi disponibilizada cédula de votação para as sessões de votação no dia 01/10/2023? Em caso afirmativo, qual dia e hora as cédulas foram entregues nas sessões de votação?
- 6) Qual empresa foi contratada para produção das cédulas de votação?
- 7) Questiona-se se foram disponibilizadas urnas para as sessões de votação no dia 01/10/2023. Em caso afirmativo, quando as urnas foram entregues nas sessões de votação?

511 6327
CMBH_DIRLEG-05/out/23-15:51:57-007793-1

8) Pergunta-se se foram requisitados/convocados servidores públicos do Município de Belo Horizonte para auxiliarem no processo eleitoral ocorrido em 01/10/2023. Em caso afirmativo, quantos servidores públicos trabalharam no pleito do dia 01/10/2023? Solicita-se cópia da lista nominal de servidores públicos que auxiliaram trabalhando no pleito, sua lotação, local em que exerceu suas funções no dia 01/10/2023, bem como a carga horária trabalhada nesse dia.

Nos termos do parecer Proleg nº 172/2021, solicito o prazo de 5 dias úteis para a resposta.

Belo Horizonte, 04 de outubro de 2023.



Vereador Fernando Luiz

À Senhora Vereadora Loíde Gonçalves

Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito – Assistência Social

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>01/10/23</u>
<u>mg600</u>
<small>Responsável pela distribuição</small>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

7ª REUNIÃO

CPI – Assistência Social

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.